FARN

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LEEDNA CRISTINA SILVA DA SILVEIRA

ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE NA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DA ANS – AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR:

Estudo de Caso em uma Cooperativa de Saúde

NATAL/RN
2007

FARN

LEEDNA CRISTINA SILVA DA SILVEIRA

ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE NA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DA ANS – AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR:

Estudo de Caso em uma Cooperativa de Saúde

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – FARN, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Josicarla Soares Santiago, Msc.

NATAL/RN
2007

Catalogação na Publicação – Biblioteca da FARN
Setor de Processos Técnicos

Silveira, Leedna Cristina Silva da
Análise da utilização da contabilidade na elaboração dos relatórios da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar: estudo de caso em uma Cooperativa de Saúde / Leedna Cristina Silva da Silveira. – Natal: FARN, 2007.
43f.

Orientador: Josicarla Soares Santiago (M.Sc.)
Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

1. Contabilidade em Cooperativa – Monografia. 2. Informação Contábil – Monografia. 3. Agência Nacional de Saúde Suplementar – Monografia. I. Título.

RN/FARN/BC CDU 657

RB-30.399
FARN
BIBLIOTECA
Nº Reg M0000798
09/01/08
657
S72a
2007
Ex.01

LEEDNA CRISTINA SILVA DA SILVEIRA

ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE NA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DA ANS – AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR:

Estudo de Caso em uma Cooperativa de Saúde

Monografia apresentada na Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso TCC II do Curso de Ciências Contábeis da FARN – Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, em data de 18 de Dezembro de 2007, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros.

Orientadora: Msc. Josicarla Soares Santiago

Esp. Dinarte Paiva dos Santos Júnior

Esp. Cíntia de Almeida

Porque melhor é a sabedoria do que os rubis; e de tudo que se deseja nada se pode comparar com ela. Eu, a sabedoria, habito com prudência, e acho a ciência dos conselhos. (Provérbios 8:11 e 12)

Dedico este trabalho à minha família, meu noivo, minha orientadora e a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para conclusão deste.

Agradeço a Deus por me dar força nas horas em que pensei desistir, á minha família que é meu alicerce, ao meu noivo Henrique Costa que esteve ao meu lado durante todos estes anos, aos amigos especiais que transformaram estes quatro anos em momentos inesquecíveis e a minha orientadora que sempre esteve ao meu lado.

FARN

RESUMO

A contabilidade estuda o patrimônio e mesmo que de forma rudimentar, se faz presente desde a antiguidade. Sua evolução foi gradativa até chegar a ser considerada uma ciência social, passando por fases onde era vista como essencialmente escrituraria até ser considerada um importante auxílio no processo decisório. Todo este contexto não se dá de forma diferente nas Sociedades Cooperativas, as quais têm conquistado cada vez mais destaque econômico e social. No intuito de atender a uma sociedade cada vez mais exigente, as Cooperativas de Trabalho Médico, surgidas na década de 60, tem possibilitado um maior acesso aos serviços de saúde, contribuindo para a melhoria do bem-estar da sociedade. A necessidade da aplicação da contabilidade às sociedades cooperativas pode ser destacada ainda, na atitude do Conselho Federal de Contabilidade, criando normas contábeis específicas, como foi o caso da NBC T-10. Diante deste contexto, A ANS exige a elaboração divulgação das seguintes informações: Relatórios da Administração, Notas Explicativas, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido e também o Parecer dos Auditores Independentes Além das informações da política de destinação do lucro/superávits; negócios sociais e principais atuações da entidade; reformulações societárias; perspectivas e planos da administração.E é a Contabilidade a responsável pelo alcance desta necessidade, preparando as demonstrações contábeis, esclarecendo-as através das notas explicativas, a apuração das variações patrimoniais e a análise das perspectivas futuras da situação da entidade. Focando pesquisas sobre o nível de evidenciação da informação contábil, deve-se considerar que a ANS trabalha dentro de um número plausível de evidenciação, dando grande possibilidade dos usuários terem suas necessidades informativas satisfeitas. Assim, a ANS, através da Contabilidade, provê os mais diversos interessados na situação da empresa de informações com transparência e credibilidade, evidenciando o real valor econômico e financeiro dessas entidades, além de sua Responsabilidade Social.

Palavras – Chave: ANS, Contabilidade.

ABSTRACT

The accounting studies the heritage and even if so rudimentary, since this is seniority. His evolution has been gradual up to be a social science, through stages where it was seen as essentially clerk to be considered an important aid in the decision-making process. All this context is not given differently in the Cooperative Societies, which has won increasingly highlight economic and social. In order to meet a society increasingly demanding, the Cooperative Job Doctor, emerged in the decade of 60, has allowed greater access to health services, contributing to the improvement of the welfare of society. The necessity of the application of accounting cooperative societies can be deployed also in the attitude of the Federal Council of Accounts, creating specific accounting standards, as was the case with NBC T-10. In this context, the ANS requires the drafting disclosure of the following information: Reports of the Board, Explanatory Notes, Balance Sheet, demonstration of the result, the Sources and Applications, Resources and the change of equity and also the opinion of the Independent Auditors In addition to the information policy on allocation of profit surpluses; business and social performances of the main body; societal changes; prospects and plans of management. Accounting is responsible for the extent of the need, preparing the consolidated accounting, clarifying them through explanatory notes, the obtainment of variations property and analysis of future prospects of the situation of the entity. Turning research on the level of Disclosure of the accounting information, it should be considered that the ANS works within a number of plausible highlighted, giving users great possibility of having their needs met informative. Thus, the ANS, through the Accounting, provides the most diverse interested in the situation of the company of information with transparency and credibility, showing the real economic and financial value of such entities, in addition to their Social Responsibility.

Keywords: ANS, Accounting.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO..... 9
   1.1 Justificativa e Problemática..... 9
   1.2 Objetivos.....10
      1.2.1 Objetivo Geral.....10
      1.2.2 Objetivo Específico.....11
2. REFERNCIAL TEÓRICO.....12
   2.1 Importância das Cooperativas para Sociedade..... 12
   2.2 Contabilidade Aplicada as Cooperativas..... 16
   2.3 Evidenciação da Informação Contábil..... 19
   2.4 Entendendo as Exigências da ANS..... 21
3. METODOLOGIA..... 26
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS..... 28
   4.1 Análise Descritiva das Obrigações das Operadoras para com a ANS. 29
   4.2 Entrevista com a Supervisão da Contabilidade..... 32
   4.3 Entrevista com a Gerência da Contabilidade..... 34
   4.4 Contabilidade X ANS..... 35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 37
6. REFERÊNCIAS..... 39

APÊNDICE..... . 41

Entrevista Semi Estrutura Supervisão da Contabilidade..... 42

Entrevista Semi Estruturada Gerência da Contabilidade..... 43

1. INTRODUÇÃO

1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMÁTICA.

A contabilidade é uma ciência de extrema relevância para a sociedade, acompanhando modificações econômicas, sociais e políticas.

Desde a necessidade de controle do patrimônio, já se pode falar da necessidade da utilização rudimentar de contabilidade, sua evolução foi gradativa até chegar a ser considerada uma ciência social, passando por fases onde era vista como essencialmente escrituraria até ser considerada um importante auxílio no processo decisório. A partir da década de 90, os usuários (antes somente o proprietário, depois administrador, evoluindo para governo, credores, clientes, empregados, entre outros) interessados nas informações geradas pela contabilidade foram crescendo consideravelmente (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; A RESPONSABILIDADE..., 2007). Como afirma Consenza (2001, p. 45 apud A RESPONSABILIDADE..., 2007) a evolução da contabilidade "[...] foi contemporânea ao processo de socialização do homem, estando fortemente atrelada a manifestação das próprias necessidades humanas". (CONSENZA (2001) apud A RESPONSABILIDADE..., 2007).

Ao contrário do que culturalmente se mitificou na sociedade brasileira, a Contabilidade não é utilizada apenas para o fisco, mas também para uma grande diversidade de usuários, que nos dias atuais está cada vez mais consciente da utilidade da contabilidade no processo de tomada de decisão (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE,1991).

Todo este contexto não se dá de forma diferente nas Sociedades Cooperativas. Nas Cooperativas de Trabalho, em específico do Trabalho Médico que surgiu em meados da década de 60, quando um grupo de médicos liderados por Edmundo Castilho, funda a União de Médicos – UNIMED a primeira cooperativa médica do Brasil. (UMA HISTÓRIA..., 2007)

Na década de 70, novas Cooperativas Médicas vão surgindo pelo Brasil. E concomitante vão surgindo entidades reguladoras, no intuito de estabelecer padrões

aos procedimentos operacionais e estimular o inter-relacionamento entre as cooperativas de saúde. (UMA HISTÓRIA..., 2007)

O cooperativismo médico tem sido destacado como uma alternativa ao enorme problema assistencial enfrentado pela sociedade, talvez um o modelo mais possível de ser alcançado, contemplando um trabalho médico ético, economicamente compensador e capaz de atender plenamente as expectativas dos usuários (CAPÍTULO 1, 2007).

Como se pode perceber, com o passar dos anos as Cooperativas foram se expandindo e conquistando seu espaço, havendo uma necessidade cada vez maior de organização.

A cooperativa médica não foge das características de uma organização de saúde, de uma empresa, e desta forma sua sobrevivência depende, entre outras circunstâncias, das tomadas de decisões.

Como em qualquer outra entidade a contabilidade é utilizada nas cooperativas como ferramenta para elaboração de relatórios de entrega obrigatória, demonstrações que devem ser publicadas em meios de comunicação, na tomada de decisão, entre outras.

Contudo, diante do exposto verifica-se a seguinte questão: Como a Contabilidade Auxilia na Elaboração dos relatórios da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

O Objetivo geral é analisar como a Contabilidade é utilizada para a elaboração dos relatórios exigidos pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar as exigências dos relatórios da ANS;
- Identificar os fatores que fazem com que a Contabilidade seja ferramenta relevante para a elaboração destes relatórios.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Importância das Cooperativas para a Sociedade

Profundas transformações político-sociais marcaram o século XIX, fatores de intensas repercussões nas sociedades futuras, como o advento da superexploração da população, a qual se mantinha a mercê dos donos de capital por não fazer parte do processo produtivo, se via assim, obrigada, a ajustarem-se como trabalhadores proletários, rurais ou do comércio, cumprindo jornadas diárias de trabalho de até 16 horas (inclusive para mulheres e crianças). Na época era incumbido à indústria, solicitar grande quantidade de mão-de-obra em atendimento às demandas crescentes, crescendo por sua vez, à insatisfação da população que decrescia cada vez mais, financeira e moralmente. Tal quadro mostrava-se como de difícil solução (UMA HISTÓRIA..., 2007).

Diante disso, em 1844, na Europa, um grupo formado por 28 pessoas, revoltados com a situação enfrentada, onde uma pequena parcela detentora de capital explorava uma parcela trabalhadora, decidiram juntar-se em prol de uma causa em comum, "melhores condições de vida para seus associados". O foco de criação desta nova situação seria o bem-estar coletivo, deixando o capital em segundo plano, fundando o que veio a ser a primeira cooperativa propriamente dita, tendo esta, começado como um armazém, a fim de que os cooperados obtivessem produtos de primeira necessidade a preços mais justos, sem nenhum atravessador (UMA HISTÓRIA..., 2007).

Na década de 60, os institutos previdenciários uniram-se e formaram o INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, promovendo a democratização da saúde. Sem contar, que o não cumprimento do Estado das suas funções de promover a restauração e prevenção da saúde do indivíduo doente, degradando o sistema público de Saúde, abriram espaço para a crescente atuação das empresas de medicina do grupo de cooperativas que estavam surgindo, que acabaram por sua vez, a desencadear um processo de mercantilização do setor de Saúde no Brasil (UMA HISTÓRIA..., 2007).

Buscar a saúde ou mantê-la tem sido uma das maiores preocupações e reivindicações do homem e da sociedade desde suas organizações mais primitivas.

Na Grécia e Roma antigas (Século V a.C.) o trabalho médico era exercido sem nenhuma regulamentação jurídica ou política pelo Estado, mas na Babilônia, cerca de 2.000 a.C., HAMURABI elaborou um código que fixava salários cirúrgicos e punições por desempenhos assistenciais inadequados (NOGUEIRA (1990) apud CAPÍTULO 1, 2007).

Com HIPÓCRATES (460 a.C.) fica para trás a fase artesã de Medicina, surgem métodos científicos e há a formulação do juramento como cartilha corporativista, ao lado de uma valorização filosófica e ética do trabalho (NOGUEIRA (1990) apud CAPÍTULO 1, 2007).

A forma de trabalho era a liberal atendendo aos pacientes a domicílio, pois se acredita que somente no ano 400 d.C. em Óstia, na Itália, foi fundado um dos primeiros hospitais. Os médicos recebiam honorários, isto é, retribuição por um trabalho que é difícil ou impossível de fixar preço e o paciente por honra da dedicação pagava de forma simbólica (IRION (1994) apud CAPÍTULO 1,2007).

Em 1.200 d.C. FREDERICO II da Sicília patrocina nova intervenção do Estado no controle da prática médica, influindo na educação dos médicos e na cobrança dos seus serviços. Só podia exercer a Medicina quem tivesse três anos de lógica (CAPÍTULO 1, 2007).

Em 1520 o "Royal College of Physicians" de Londres estabeleceu um Código de Ética, .e em 1847 foi fundada a Associação Médica Americana "para elevar a qualidade de educação médica e para melhorar a eficiência da prática médica (CAPÍTULO 1, 2007)".

A Organização Médica Mundial, em 1948, adotou a Declaração de Genebra, com característica de juramento de Hipócrates que provavelmente buscava a manutenção do exercício liberal do médico. Este trabalho médico liberal foi progressivamente desaparecendo frente ao monopólio empresarial e ao capitalismo do Estado (CARNEIRO, (1981) apud CAPÍTULO 1,2007).

No Brasil, até 1923, a atividade médica era quase toda liberal. A partir da lei nº4682/23 - Lei Eloi Chaves, foi criada a Previdência Social e seus "Institutos de Previdência" são dirigidos com forte tendência à assistência médica. Segundo Flores (1979, p. 19) apud Alcântara "desvirtuou-se totalmente o ato médico (...) desumanizaram a Medicina" e progressivamente o Estado passou a controlar o

trabalho do médico ao ponto de garantir a subsistência de cerca de 70% dos médicos ativos na década de 70, cuja jornada semanal de trabalho, somando todas as atividades, era superior a 50 horas para a maioria dos médicos (MEDICI (1985) apud CAPÍTULO 1, 2007).

Nesta época também grande número de sindicatos e associações profissionais da categoria médica denunciavam o assalariamento como um caminho inevitável à retribuição do ato médico.

Paralelo a estes fatos, a partir dos anos 60 houve uma expansão enorme das escolas médicas, com o crescimento no mercado de trabalho de 45.000 para 102.000 o número de médicos entre os anos de 1970 a 1980 (MEDICI, (1995), p. 33 Apud), criando condições favoráveis para o desenvolvimento da "Medicina de Grupo" intermediadora do trabalho do médico e preocupada apenas em buscar o lucro através da doença.

Novo fato, em 1966, foi à unificação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) pelo Presidente Castelo Branco com objetivo de equiparar a assistência médica prestada a todos os trabalhadores. Instalaram-se as filas, e os conflitos importantes entre médicos, pacientes e instituições, começaram a prejudicar a qualidade do trabalho médico prestado (CAPÍTULO 1, 2007).

Em dezembro de 1967, surgia no Brasil o COOPERATIVISMO MÉDICO, em Santos, São Paulo. "Era uma resposta ao modelo atual de saúde falido e a voracidade da medicina chamada de grupo, despreocupada com padrões éticos e compromissada com o lucro" (FRANÇA (1996) apud CAPÍTULO 1 1,2007).

Houve uma nova linguagem para a retribuição do trabalho, não era honorário, não era salário, era a UT, Unidade de Trabalho, uma revalorização ética e filosófica do ato médico.

O ato médico é a essência do trabalho e segundo França (1996, p. 80 Apud) deve ser conceituado, *strictu sensu* como “utilização de meios e recursos para prevenir a doença, recuperar e manter a saúde do ser humano ou da coletividade, inseridos nas normas técnicas dos conhecimentos adquiridos nos cursos de medicina e aceitos pelos órgãos competentes, estando quem o executa, supervisiona ou solicita, profissional e legalmente, habilitado”.

O sistema cooperativo, se não é capaz de resolver todos os problemas de binômio capital-trabalho, pelo menos tem a capacidade de gerenciar impasses, o

que não é observado por outros sistemas. Por outro lado as técnicas de gestão estão pouco desenvolvidas e estudadas na área da saúde.

Conforme dado apresentado, fica entendido que foi através de um processo governamental falho, que as primeiras Cooperativas foram surgindo, com o objetivo de oferecer a sociedade melhores serviços de assistência médica.

> As cooperativas se desenvolveram pelos diversos ramos da economia, irradiando-se por todo o mundo. Serviram para a reconstrução de países como a Inglaterra, a Dinamarca e a Suíça, devastados por um dos maiores desastres do capitalismo: a guerra. Estes países encontraram na cooperativa habitacional a solução para readquirirem suas casas, reconstruírem o país (UMA HISTÓRIA..., 2007).

Contudo no que foi apresentado podemos constatar que a criação das cooperativas de modo geral é de maior importância, pois são criadas para suprir as necessidades da sociedade, que de certa forma não poderão ser realizadas pelo governo.

Hoje, o número de cooperados em todo o mundo ultrapassa 900 milhões de pessoas, algo como 6 vezes toda a população brasileira. Isso torna o movimento cooperativista a maior doutrina não religiosa do planeta.

O Cooperativismo visa a solução de problemas econômicos, através da solidariedade humana. Por este motivo o Cooperativismo pode ser uma forma, mas elevada de a vida, gerando maior entendimento entre os indivíduos, grupos e até nações, ou seja, pode ser o Caminho para a construção de uma nova sociedade, mas justa (A IMPORTÂNCIA..., 2007).

Esse é um dos grandes motivos pelo qual o Cooperativismo deve ser desempenhado da melhor forma com a visão de humanização e melhora contínua, sendo ela de grande interesse a todos os seus envolvidos.

Um dos pilares do Cooperativismo é a distribuição proporcional dos resultados da cooperativa com seus cooperados sejam sobras ou perdas (ESTUDO..., 2004).

Havendo esta necessidade entre muitas outras foi criada uma Norma Brasileira de Contabilidade que rege essas instituições e supri necessidades contabilmente exigidas.

Segundo a NBC T 10.8.1.2 (CFC, 2001),

> Entidades Cooperativas são aquelas que exercem as atividades na forma da Lei específica, por meio de atos cooperativos, que se traduzem na prestação de serviços diretos aos seus associados, sem objetivo de lucro, para obterem em comum melhores resultados para cada um deles em particular. Identificam-se de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas por ela ou por seus associados.

Já conforme a Lei 5.764 Art. 4º "as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades" (BRASIL, 1971).

A idéia de constituir sociedade baseada em cooperativas sempre apareceu na sociedade dentro de uma classe que precisava fugir das crises econômicas políticas e sociais. Atribui-se o início do cooperativismo ao ano de 1844, na Inglaterra, onde o assunto ainda engatinhava, no entanto, hoje 40% da população mundial trabalham com este setor e se tornou popular junto as mais diversas classes sociais (COOPERATIVISMO, 2007).

> O Cooperativismo moderno surgiu junto com a Revolução Industrial, como forma de amenizar os traumas econômicos e sociais que assolavam a classe trabalhadorContabilidaa, com suas mudanças e transformações. Podemos citar como exemplo dessas mudanças a unificação da Previdência Social em 1967 e a posterior criação dos Sistemas Integrados de Saúde, são fatores que contribuíram para a expansão das Cooperativas de Saúde, especialmente com a finalidade de fomentar a atividade médica, além dos serviços complementares (COOPERATIVISMO, 2007).

2.2 Contabilidade Aplicada as Cooperativas

Uma das maiores dificuldades encontradas na implementação de um sistema de informação contábil aplicado a empreendimentos populares, reside no fato de que muito do que se adota em organizações formais precisa ser adaptado a esta nova realidade, procurando adequar as informações à capacidade de compreensão dos seus usuários, objetivando com isso, tornar transparente esses tipos de organizações.

Tal preocupação não visa apregoar tão somente a simplificação da informação produzida pela contabilidade, mas fundamentalmente objetiva procurar entender às demandas desses usuários das informações contábeis, para que a

contabilidade evolua de uma mera prestação de contas para um importante instrumento de gestão dessas organizações.

No atual estágio da economia mundial, onde a globalização interferiu significativamente na realidade das empresas, através do aumento da competitividade e das exigências dos clientes, os gestores despertam quanto à necessidade de novas formas de gerenciamento, de modo a ter o verdadeiro despertar do sucesso organizacional.

A sociedade é extremamente mutável, novos acontecimentos surgem diariamente, dando conseqüentemente novos rumos as mais diversas ciências sociais. Estas ciências se caracterizam por se adaptarem as necessidades sociais, estando dentre elas a contabilidade, que a cada mudança na realidade política, econômica e social do ambiente em que atua, tem como conseqüência sua adequação aos novos fatos.

A contabilidade passou por um processo de evolução contínuo, no decorrer dos anos os diversos estudiosos procuraram enquadrar definir a contabilidade dentro de suas principais funções, tendo sido estudada como técnica, algo exato, dado a uma possível ênfase as contas e ao sistema de partidas dobradas. No entanto, no decorrer dos períodos diversos pensadores despertaram quanto à necessidade de utilizar a contabilidade não somente no controle, mas no processo de gestão (SCHMIDT, 2000).

Atualmente se reconhece a contabilidade como ciência social, capaz de fornecer informações úteis aos mais distintos usuários, sendo utilizada para satisfazer as suas necessidades quando da tomada de decisão (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; IUDÍCIBUS, 1997).

De uma forma simplista coloca Iudícibus et. al. (1998, p. 21), “A contabilidade é uma ciência aplicada, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer entidade”.

IUDICIBUS; MARTINS; GELBCKE (1991, 66) coloca ainda “A contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação á entidade objeto da contabilização”;

Os autores referem-se contabilidade como responsável pelo fornecimento de informações, acrescentando ainda Atkinson et. al. (2000, p. 37) quanto à importância desta nova visão contábil:

> Medidas da condição econômica da empresa, como as de custos e lucratividade dos produtos, dos serviços, dos clientes e das atividades das empresas, estão disponíveis apenas nos sistemas de contabilidade gerencial. Além disso, a informação gerencial contábil mede o desempenho econômico de unidades operacionais descentralizadas, como as unidades de negócios, as divisões e os departamentos. Essas medidas de desempenho econômico ligam a estratégia da empresa à execução da estratégia individual de cada unidade operacional. A informação gerencial contábil é, também, um dos meios primários pelos quais operadores/funcionários, gerentes intermediários e executivos recebem *feedback* sobre seus desempenhos, capacitando-os a aprenderem com o passado e melhorarem para o futuro.

A contabilidade gerencial é, portanto, a detentora de informações capazes de auxiliar o processo decisório na obtenção das alternativas que levam aos melhores resultados. São informações essenciais, considerando o ambiente altamente globalizado como atual, no qual se destaca a acirrada competitividade, que aumenta a necessidade de se desenvolver novas práticas empresariais, e conseqüentemente, fazer uso de meios que possam com elas lidar.

São inúmeros os meios gerenciais proporcionado pela contabilidade, dispostos entre métodos, ferramentas e filosofias. A contabilidade gerencial pode auxiliar o gestor no processo decisório através de inúmeros meios, devendo este optar por aqueles que se adapta mais adequadamente ao seu ambiente empresarial. Desta forma, aqui será dado destaque às alternativas gerenciais que têm sido mais comentadas, assim, como mais utilizadas. Assim, o enfoque na contabilidade gerencial será limitado a sua utilidade ao processo decisório, a qual será descrita e observada através dos meios que aqui serão expostos.

A teoria contábil demonstra que no decorrer dos períodos as entidades foram crescendo junto com a sociedade e exigindo da contabilidade posicionamento de adequação as novas estruturas empresariais. O foco primário no proprietário foi concentrando as firmas individuais, a divisão do capital em pequenas parte, foi dando margem a sociedade por ações e assim por diante. Assim, nos dias atuais, a ciência contábil não faz distinção entre os usuários, preocupa-se com todo o tipo de patrimônio, seja ele da pessoa física, entidades de finalidades não lucrativas, pessoa de direito público, tais como estado, município, autarquias e etc.

As entidades Cooperativas de Saúde utilizam quase que de forma diária das informações fornecidas pela Contabilidade. O resultado gerado por essas informações são pautados em reuniões de Conselho Fiscal, Alta Administração entre outras.

Além de que são através dessas informações que são tomadas decisões que afetam de forma direta seus usuários, como reajuste de mensalidades, investimentos em novos ativos, melhora nas instalações e etc.

Todas essas informações entre outras são informadas periodicamente através da DIOPS, tipo de relatório exigido pela agência reguladora das operadoras de Plano de Saúde ANS.

2.3 Evidenciação da Informação Contábil

Tornar evidente, mostrar com clareza, é aquilo que não oferece dúvida, que se compreende prontamente. Essas definições servem para entendermos o que é evidenciar. Por analogia, podemos concluir que evidenciação tem como sinônimo a divulgação com clareza e com compreensão imediata do que se pretende comunicar. (Argolo; Batista;José , 2007).

Este é um dos mais importantes objetivos da Contabilidade, evidenciar a seus usuários o que está acontecendo com o patrimônio de sua instituição, seja jurídica, física, autarquias entre outros, o que seria dessas instituições sem o devido esclarecimento, afinal Que democracia se sustenta se a fraude e a desconfiança minam a confiança das pessoas? Que democracia se consolida se os balanços não batem, se os orçamentos são peças de ficção? (TREVISAN, palestra durante o XVI CBC). (Argolo; Batista;José , 2007)

Mesmo a evidenciação se referindo a todo o quadro das demonstrações contábeis, podem ser utilizados vários métodos para realizar as evidenciações disponíveis:

1. forma e apresentação das demonstrações contábeis;
2. informação entre parênteses;
3. notas de rodapé (explicativas);

4. quadros e demonstrativos suplementares;
5. comentários do auditor; e
6. relatório da diretoria.

O trabalho contábil é de uma responsabilidade enorme, porque, na realidade, faz com que os usuários desenvolvam seus objetivos, no avanço da sociedade e democracia participativa, tomando preocupação com a legitimidade social da atuação empresarial nas mudanças significativas do ambiente econômico mundial, levando a administração adotar um novo modelo de gestão que ofereça melhor eficiência na qualidade dos serviços.

O processo de tomada de decisões aumenta a complexidade interna e do ambiente em que às empresas atuam tornado o processo mais complexo da necessidade de um sistema de informação eficiente, que também é tratado como qualquer outro produto disponível para consumo, pois, para ser necessária, também deve ser útil.

HENDRIKSEN (1992, p. 511 apud DISCLOUSURE..., 2007) afirma que ," A divulgação financeira deve fornecer informações úteis à tomada de decisões racionais de investimento, concessão de crédito, etc. por investidores e credores atuais e futuros, bem como outros usuários" .

Neste sentido HENDRIKSEN (1992, p. 511 apud DISCLOUSURE..., 2007) ainda, reconhece que as informações devem ser divulgadas a funcionários, clientes, órgãos do governo e ao público em geral, mas esses grupos são encarados apenas como destinatários secundários dos relatórios anuais e de outras formas de divulgação.

Para ele, esses usuários não têm conhecimento a respeito de suas decisões (compra, manutenção e venda), já que as mesmas são tomadas por investidores e credores, por isso as informações devem ser bastante claras para esses usuários, para que seja necessário o ótimo funcionamento de mercados eficientes de capitais.

Portanto, os usuários finais que determinam à necessidade das informações são bastante variadas, devendo ser desenvolvidos por pesquisadores e estudiosos, modelos de sistema de informações, abordando os conceitos de processos e atividades, permitindo que as empresas descubram que seus sistemas contábeis atuais são norteados por normas rígidas, auxiliando os gestores no processo de decisões e não voltados ao atendimento das exigências fiscais.

Nos argumentos de HENDRIKSEN (1992, p. 517 apud DISCLOUSURE), percebe-se que a divulgação ajuda os concorrentes, em prejuízos dos acionistas, apesar de existir outras fontes para obter essas informações, para os sindicatos as informações financeiras ajudam a negociação de salários, os investidores se beneficiam com o uso das informações num mercado eficiente, ou são capazes de aprender com o estudo de informação financeiramente publicada. Um argumento que possui certo mérito é o de que, freqüentemente, pode haver outras fontes disponíveis para proporcioná-la a um custo mais baixo do que se fosse fornecida pela empresa em suas demonstrações financeiras.

O interesse principal dos investidores é a perspectiva futura da empresa, a Contabilidade auxilia nas demonstrações elaboradas de acordo com os Princípios de Contabilidade, apresentando somente informações históricas e correntes que permitam investidores fazer suas próprias predições do futuro para tomarem decisões, portanto, as projeções evidenciadas devem ser atualizadas com freqüência, evitando impressões indevida da exatidão pelos concorrentes que irão utilizar na maioria das vezes para tomar decisões de curto prazo que coincidem com os interesses dos acionistas, do contrário, pode provocar insatisfação de seus acionistas e gerar ações judiciais.

Importância das informações Contábeis na gestão de uma empresa: Compreensão,. utilização e gerenciamento da informação para revitalização e aperfeiçoamento dos processos de tomada de decisões nas empresas.

Soluções mais criativas, de mais ética na vida pública e privada, de mais transparência no mundo dos negócios, tornando necessário dar um salto de qualidade nas relações comerciais e contábeis para inspirar confiança e criar as condições mínimas para superar as crises conjunturais e promover o desenvolvimento almejado.

2.4 Entendendo as exigências da ANS

Necessidade e utilidades das informações: O entendimento das necessidades dos usuários de informações obriga a que primeiro se coloque a questão de "intensidade". Pode ser necessária apenas uma percepção sobre a entidade objeto das informações, caso em que existe necessidade de apenas um conjunto de informações sumárias. À proporção

> que esta intensidade aumente, podemos imaginar um outro nível que seja necessário identificar com mais precisão o objetivo do usuário das informações. (Relatório...2005)

Como é sabido, a Contabilidade tem relevância inquestionável em qualquer empreendimento, auxilia na elaboração de muitos relatórios entre eles os da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Criada pela Lei 9.961 (BRASIL, 2000), a ANS é uma autarquia sob regime especial com autonomia financeira, administrativa, patrimonial e de gestão de recursos humanos. Subordinando-se as diretrizes do Conselho de Saúde Suplementar – CONSU, suas ações são norteadas por um Contrato de Gestão, assinado com o Ministério da Saúde.

A ANS tem como objetivo institucional promover a defesa do interesse público na assistência suplementar á saúde, assim como regular as operadoras setoriais, inclusive quanto ás suas relações com prestadores e beneficiários e contribuir para o desenvolvimento das ações de saúde no país (BRASIL, 2000).

Com o passar do tempo, surgem mudanças que são decorrentes do próprio crescimento da sociedade. Com a grande expansão da prestação de serviços de saúde, dentre eles a criação das cooperativas de saúde, houve a necessidade do surgimento de um órgão regulador destas instituições, de modo a evitar que não houvesse prejuízo do serviço prestado. Assim, surgiu a Agência Nacional de Saúde suplementar – ANS, voltada para a qualidade e veracidade das informações que vão chegar aos usuários, exercendo papel de normatizadora e fiscalizadora.

> Vinculada ao Ministério da Saúde, a ANS, como Agência Reguladora, incorpora ao processo as vantagens desse novo instrumento de atuação do Estado: maior poder de atuação; autonomia administrativa e financeira com política expressa por uma arrecadação própria; decisões em diretoria Colegiada, cujos membros têm mandato definido por Lei; e, por último, o poder legal dado ás agências reguladoras em relação á efetivação de suas resoluções (MONTONE, 2002, P. 16)

A ANS é então uma alternativa eficiente para melhorar os mecanismos de regulamentação e fiscalização do Estado, mas de uma forma individual e autônoma, possuindo então total confiabilidade perante a sociedade.

Tem como objetivo estabelecer o controle das entidades de assistência à saúde através das publicações das Demonstrações Contábeis, tais como: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, das Origens e Aplicações de Recursos e

das Mutações do Patrimônio Líquido, e o parecer dos Auditores Independentes. E ainda, através do envio de informações econômico/financeiras, trimestralmente através da DIOPS – Documento de Informações Periódicas das Operadoras, O Documento tem por objetivo fornecer condições para que a DIOPE possa efetuar o controle, o monitoramento e o acompanhamento das operadoras (RELATÓRIO..., 2005).

O Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde DIOPS/ANS, consolida os quadros demonstrativos a serem encaminhados à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS pelas Operadoras de Assistência à Saúde, referentes à situação econômico-financeira, dados cadastrais e informações operacionais. (Resolução – RE N.º, de 13 de Fevereiro de 2001).

Além da DIOPS ainda existem outros relatórios exigidos pela ANS, tais como:

O Sistema de Cadastro de Beneficiários – SIB representa um conjunto de ações voltadas à captação, à sistematização, à manutenção e à depuração de dados dos usuários dos planos privados de assistência à saúde.

Tem a finalidade de apoiar os processos de regulação e fiscalização, ser elemento fundamental para atender às necessidades de acompanhar e avaliar a cobertura oferecida ao longo do tempo.

FIP Formulário de Informações Periódicas, utilizado para envio de informações pelas seguradoras;
SIP - Sistema de Informação dos Produtos, sistema que tem a finalidade de acompanhar a assistência de serviços prestados aos beneficiários. Além desses relatórios ainda existem informações que devem ser alimentadas periodicamente para tomada de decisões de extrema importância para seus beneficiários. A NTRP - Nota Técnica de Registro de Produto deve acompanhar a solicitação de registro de planos de saúde, já o Comunicado de Reajuste, conceitua-se reajuste como qualquer variação positiva ou negativa na contraprestação pecuniária. (Fonte: Cartilha de Reajuste, disponível no sítio da ANS), por fim a RPS- Registro de Planos de Saúde, Apresenta produto para registro.

A informação é um poderoso instrumento gestor / regulatório. Processos de tratamento da informação:

Coleta dos dados

Qualidade e completude dos dados

Disseminação da informação

Com a utilização e aplicação dessas obrigações de forma correta espera - se alcançar os seguintes pontos:

- Informação para a regulação;
- Avaliação e informação sobre a qualidade da assistência prestada pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde;
- Integração das informações produzidas pela Saúde Suplementar e pelo Sistema Público de Saúde;
- Conhecer as informações de saúde do país, permitindo sua disseminação e utilização para planejar, avaliar, controlar e aperfeiçoar o sistema de saúde nacional.

Caso as exigências não sejam cumpridas a ANS tem autonomia de: LEI Nº. 9.656, DE 03 DE JUNHO DE 1998 (BRASIL, 1998)

> § 2º A ANS poderá solicitar informações, determinar alterações e promover a suspensão do todo ou de parte das condições dos planos apresentados.
> § 3º A autorização de comercialização será cancelada caso a operadora não comercialize os planos ou os produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, no prazo máximo de cento e oitenta dias a contar do seu registro na ANS.
> § 4º A ANS poderá determinar a suspensão temporária da comercialização de plano ou produto caso identifique qualquer irregularidade contratual, econômico-financeira ou assistencial.

De forma a se mostrar transparente e confiável, se faz necessário demonstrar toda e qualquer operação realizada na empresa, buscando respaldo na contabilidade, que é a ciência que controla e informa a situação empresarial.

"Esses relatórios que servem como controles gerenciais deverão estar sempre se manter a disposição da ANS, controles analíticos que permitam, a qualquer tempo, a comprovação da fidedignidade dos dados registrados em sua escrita contábil" (RELATÓRIO..., 2005).

Assim, os controles deverão conter informações necessárias ao conhecimento da realidade das entidades assistenciais, contendo, no mínimo, aos seguintes itens (RELATÓRIO..., 2005):

- Registro de Contratos e Contraprestações Emitidas, Recebidas e Canceladas;
- Registro de Eventos e sua movimentação financeira;
- Registro de Comissões Emitidas, Pagas e Canceladas;
- Registro de Eventos Ressarcidos ou Recuperados.

3. METODOLOGIA

A tentativa de resolução de um problema absorve caráter cientifico, quando se procura estabelecer questões a respeito de fatos reais, utilizando assim de ciência, embora, Vergara (2000) enfoque que não há para esta uma definição única, mas, acrescentando que esta é uma das formas de ter acesso ao conhecimento, sendo este promulgado na maioria das vezes através de pesquisa.

Desta forma, define Gil (1999, p. 42) "a pesquisa é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos".

Será utilizado o estudo descritivo, procurando descrever a realidade tema da pesquisa, que segundo Vergara (2000) refere-se a um ponto quanto ao fim da pesquisa. Já quanto aos meios, também seguindo o enfoque da autora citada, ter-se-á a realização de pesquisa de campo que corresponde à investigação no local onde existe o fenômeno em estudo, devendo ser realizada através de questionários e entrevistas.

A aplicação de questionários traduzirá a característica do método qualitativo. Segundo Demo (2000, p. 152) "advindo geralmente esse gesto da parte das ciências sociais, existe o interesse em apanhar também o lado subjetivo dos fenômenos, buscando depoimentos que se transformam em dados relevantes [...]". Trata-se em um estudo que priorizará a investigação de fatos que são explicados por significados subjetivos, não sendo necessários modelos pré-estabelecidos.

A entrevista caminha no mesmo aspecto do questionário, onde há entre eles complementos mútuos, se trazendo para a pesquisa opiniões ou depoimentos dos possíveis sujeitos da pesquisa.

Se tem ainda como método de estudo, o estudo de caso, que segundo Gil (1999, p. 54) "consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados".

Por fim, ainda quanto aos meios, a pesquisa é tida como bibliográfica, a qual é definida por Vergara (2000, p. 48) como um "estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral". Este enfoque da pesquisa é utilizado para

FARN

subsidiar todo o desenvolvimento da pesquisa, desde a definição do tema a elaboração dos resultados, de forma que, não há uma pausa na necessidade de revisar e buscar novas literaturas, dando sempre sustentação teórica ao tema estudado.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A área de Saúde tem demonstrado um intenso crescimento no atual contexto econômico, as entidades hospitalares que em determinado ponto da história tinham o caráter eminentemente assistencial, passaram a exercer funções de grandes entidades de negócio, responsável consumo de recursos e prestação de serviços.

O sistema de seguradoras de Saúde foi um dos grandes responsáveis pelo crescimento do setor e atrelado à fragilidade do sistema de saúde Pública, se verifica que o mesmo é detentor da responsabilidade de prestar cuidados de prevenção e restauração da saúde de uma grande parte da nação.

Desta forma, no intuito de evitar o descontrole deste sistema, ou melhor, que um serviço tão peculiar, onde envolve a vida de seres humanos, pudessem existir de forma desordenada e sem respeitar os direitos de existência de qualquer indivíduo, se buscou meios de manter exigências mínimas para o funcionamento do serviço em questão.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar surgiu então dentro deste contexto de controle, fiscalizando a veracidade das informações repassadas pelas prestadoras de serviços de saúde. E estas informações incluem aspectos sociais, econômicos e financeiros das vidas das entidades. Entra então a contabilidade, com a capacidade de fornecer as informações desejadas pela ANS, as quais por sua vez podem ser utilizadas como base de orientação dos gestores, que também é um usuário da contabilidade e da atenção da ANS.

A entidade em estudo é uma cooperativa de saúde formada pela união de diversos médicos, no intuito de melhor aproveitar recursos e por sua vez, aumentar a qualidade do serviço prestado.

Por ser cooperativa o serviço de saúde prestado não difere de qualquer tipo de instituição hospitalar ou clínica, a diferença está apenas, na estrutura burocrática do tipo de entidade, não nos serviços oferecidos a sociedade.

4.1 Análise descritiva das obrigações das operadoras para com a ANS

Primeiramente, se buscou identificar nas exigências da ANS, procurando detectar até que ponto a contabilidade contribui para que as operadoras de saúde atendam as suas solicitações.

Verificou-se que a ANS obriga a divulgação das seguintes informações:

PERÍODO DE ELABORAÇÃO	NOME DO RELATÓRIO	FINALIDADE
Mensal	SIB - Sistema de Informação dos Beneficiários	Utilizado para envio dos cadastros de beneficiários à ANS
Mensal	FIP Formulário de Informações Periódicas	Utilizado para envio de informações pelas seguradoras
Trimestral	DIOPS - Documento de Informação Periódica	O Documento tem por objetivo fornecer condições para que a DIOPE possa efetuar o controle, o monitoramento e o acompanhamento das operadoras.
Trimestral	SIP - Sistema de Informação dos Produtos	Sistema que tem a finalidade de acompanhar a assistência de serviços prestados aos beneficiários
Trimestral	TPS - Taxa de Saúde Suplementar por Plano de Assistência à Saúde	Seu valor é determinado pela quantidade de beneficiários, cobertura oferecida e área de abrangência geográfica dos planos privados
Anual	NTRP - Nota Técnica de Registro de Produto	A NTRP deve acompanhar a solicitação de registro de planos de saúde
Periódico	RPS- Registro de Planos de Saúde	Apresenta produto para registro

Fonte: adaptado ANS, 2007.

Realizando análise dos dados tem-se a possibilidade de afirmar que as informações exigidas pela ANS são em sua maioria – SIB, FIP, SIP, NTRP, TPS e RPS – de caráter estatístico, assim a informação foco, ou seja, aquela que é capaz de informar a situação econômica e financeira das entidades operadoras de plano de saúde, é a contida na DIOPS.

A DIOPS é um espelho do balancete contábil, que deve ser informado á ANS através de arquivo XML. Contudo as informações contábeis devem apresentar de

forma clara a real situação da entidade, já que através deste relatório é que Agência Reguladora tomará como base à situação econômica e financeira da empresa.

Assim, ressalta-se o conteúdo da DIOPS (ANS, 2007): As demonstrações contábeis deverão conter relatórios da administração, notas explicativas, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido e o correspondente Parecer dos auditores independentes deverá ser publicado até cinco dias antes da Assembléia Geral Ordinária, quando se tratar de operadora regida por estatuto social, excetuando as sociedades cooperativas.

No relatório da Administração (forma jurídico-legal de cooperativas) as operadoras deverão divulgar, no relatório no mínimo as seguintes informações: Política de destinação de lucros ou sobras; Negócios sociais e principais fatos que tiveram influencia na atuação da entidade e no resultado do exercício; reformulações societárias; Perspectivas da administração para exercício futuros; e outras informações que julgarem relevantes. E as operadoras de Planos de assistência a Saúde deverão manter a disposição da ANS, controles analíticos que permitam, a qualquer tempo, a comprovação da fidedignidade dos dados registrados em sua escrita contábil (ANS, 2007).

A própria NBC T.10.8 (CFC, 2001) específica para as cooperativas, sendo uma norma do órgão de classe e estabelece procedimentos semelhantes ao exigido pela ANS, conforme pode ser observado a seguir:

> 10.8.3 – DO BALANÇO PATRIMONIAL
> 10.8.3.1 – O Balanço Patrimonial das Entidades Cooperativas deve evidenciar os componentes patrimoniais, de modo a possibilitar aos seus usuários a adequada interpretação das suas posições patrimonial e financeira, comparativamente com o exercício anterior.
> [...]
> 10.8.3.3 – A conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, item 3.2.2.12, *III*, da NBC T 3.2, será denominada Sobras ou Perdas à Disposição da Assembléia Geral.
> 10.8.4 – DA DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
> 10.8.4.1 – A denominação da Demonstração do Resultado da NBC T 3.3 é alterada para Demonstração de Sobras ou Perdas, a qual deve evidenciar, separadamente, a composição do resultado de determinado período, considerando os ingressos diminuídos dos dispêndios do ato cooperativo, e das receitas, custos e despesas do ato não-cooperativo, demonstrados segregadamente por produtos, serviços e atividades desenvolvidas pela Entidade Cooperativa.
> 10.8.5 – DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
> 10.8.5.1 – Na elaboração desta demonstração, serão observadas as disposições da NBC T 3.5 e a terminologia própria aplicável às Entidades

> Cooperativas, dispensada a elaboração da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados – NBC T 3.4.
> 10.8.6 – DA DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
> 10.8.6.1 – Na elaboração desta demonstração serão observadas as disposições da NBC T 3.6 e a terminologia própria aplicável às Entidades Cooperativas.
> 10.8.7 – DA DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
> 10.8.7.1 – A divulgação das demonstrações contábeis deve obedecer à NBC T 6 – Da Divulgação das Demonstrações Contábeis.
> 10.8.7.2 – As demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas [...].

A ANS pede exige informações contábeis que podem ser tidas como dentro de padrões contábeis organizados e de grande poder informativo. Exige informações que demonstram a situação patrimonial – BP, informações do lucro ou sobras – DRE, informações dos recursos angariados e os destinos dados aos mesmos – DOAR e informações da movimentação do patrimônio líquido da entidade – DMPL. Além disso, exige elaboração das notas explicativas que contribuem para melhor se compreender as demonstrações.

As exigências realizadas pela ANS acabam evidenciando a grande importância da contabilidade, apesar de que a primeira vista nada se relaciona com a Ciência Contábil. Contudo através disto é que a Operadora mostra o quanto a Contabilidade contribui para o desenvolvimento dessas entidades através de informações geradas mensalmente.

Os relatórios de administração são tidos como uma peça informativa para usuários que possuem expectativas futuras sobre a entidade, considerando que os administradores são as pessoas responsáveis pelo destino da entidade. O parecer dos auditores mostra a preocupação em divulgar informações com fidedignidade atestada. Além de vários outros relatórios que se preocupam em propagam informações que possam atender ao maior número de usuários possíveis.

As pesquisas sobre evidenciação contábil demonstram que os relatórios contêm o poder de proporcionar a satisfação das necessidades do maior número de usuários, sem contar que permite que pessoas que não tenham muito conhecimento na contabilidade possam verificar as perspectivas de continuidade da empresa, assim como *feedback* das operações passadas.

Assim, a entidade estudada, para funcionar, deve cumprir as obrigações informativas aqui descritas e como pode se observar depende extremamente da contabilidade para poder suprir estas informações.

No intuito de determinar o enquadramento das exigências da ANS dentro do melhor andamento da entidade em estudo, foram realizadas entrevistas com a supervisão e gerência da contabilidade.

4.2 Entrevista com a Supervisão da Contabilidade

A supervisão de contabilidade tem a responsabilidade de atender a ANS em suas exigências, que como verificado no tópico anterior, carecem muito da contabilidade. O setor de contabilidade fica, portanto com a obrigação de elaborar BP, DRE, DOAR, DMPL, notas explicativas, assessoria da auditoria e participação direta ou indiretamente da elaboração dos demais relatórios já explicitados no tópico

Essas informações são trabalhadas mensalmente através de peças contábeis, como: razões, diários, balancetes no âmbito geral. Para alimentação periódica dos dados necessários a contabilidade, são mantidos na entidade controles internos que envolvem a participação de todos os setores administrativos da instituição.

Foi verificado que a partir das informações que a ANS solicita se pode ter uma visão mais detalhada dos processos que ocorrem na empresa, já que esses relatórios englobam grandes partes de um conjunto de acontecimentos. Esta visão engloba desde a situação dos beneficiários, das próprias seguradoras além de informações econômicas e financeiras.

Todas as informações referentes aos Relatórios da ANS são de conhecimento da Administração e Diretoria. Verificou-se, portanto, que na entidade em estudo, qualquer decisão a ser tomada, tem como base os relatórios contábeis. A administração da entidade mostra uma ligação bastante intensa com o setor contábil, mostrando-se profissionais altamente familiarizados com a contabilidade.

Pode-se acrescentar que a situação verificada na entidade em estudo, não é uma situação comum, pois o que se verifica na realidade da grande maioria das empresas hoje estudadas, é a desvinculação contabilidade e processo decisório. Este fato pode ser atribuído à necessidade de cumprir as exigências da ANS, que como se viu são relatórios elaborados em curto espaço de tempo – mensais e trimestrais -, colaborando assim com a oportunidade necessária a informação

contábil. Ou pode ser direcionada ainda a capacitação dos profissionais em questão, os quais mostram forte conhecimento da matéria contábil. E por fim, pode-se incluir nesta lista ainda, a quantidade de informações elaboradas como complemento as demonstrações contábeis. Onde é sabido, que os relatórios têm poder informativo maior que as demonstrações contábeis reunidas apenas em suas estruturas, pois chegam aos usuários com maior objetividade e clareza.

Na entidade em estudo, fica evidente que a informação Contábil contribui grandemente para tomada de decisões e conseqüentemente, para o crescimento da empresa.

No intuito de verificar situações práticas da importância da contabilidade para o processo decisório da entidade em estudo, se questionou quanto a situações práticas em que se necessitou da contabilidade para decidir algo, e se teve um claro exemplo acontecido recentemente na empresa, foi o Processo de Incorporação de seu Hospital Próprio, que foi dado como garantia da Provisão de Risco, esta Provisão Técnica foi exigida pela ANS, para com isso garantir o atendimento á Saúde aos usuários em caso de falência da Operadora de Plano de Saúde.

Desta forma, para a cooperativa estudada, o resultado contábil mensal de sobras ou perdas é de extrema relevância, além de ser do interesse de aproximadamente 1.600 cooperados, pois ainda existe o Pró-Rata. A contabilidade que vai proporcionar a possibilidade de satisfazer a todos estes cooperados, os quais seriam todos, usuários da contabilidade, destacando que não somente o gestor pode ser beneficiado pela informação da contabilidade.

Tendo em vista que o estudo aqui realizado é concentrado em uma Cooperativa, essas entidades não podem obter lucros ou prejuízos, a relação de confronto entre receitas e despesas, intitula-se de sobras ou perdas e os mesmos devem ser rateados a seus cooperados. Informação esta, que vai ser evidenciada através da Demonstração de Sobras ou Perdas, tipicamente conhecida (outros tipos de instituições) como Demonstração do Resultado do Exercício.

O pró-rata pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado o valor será descontado de seus cooperados através de cálculo realizado, confrontando as despesas administrativas mensais, investimentos, PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - , entre outros, ou repassada através do aumento no valor das consultas médicas.

As Provisões Técnicas exigidas pela ANS, são montantes a serem contabilizados em contas do passivo da operadora, com o objetivo de garantir/refletir as obrigações futuras decorrentes da suas atividades.

4.3 Entrevista com a Gerência da Contabilidade

O gerente da contabilidade é a pessoa responsável pela execução dos serviços contábeis, satisfazendo as exigências da ANS e as necessidades decisórias da administração da empresa.

Ratificando as conclusões obtidas pela entrevista com a supervisão de contabilidade, se verificou que a gestão da entidade trabalha lado a lado com a contabilidade, buscando sempre informações concretas na hora de decidir. Assim, questionado quanto às estratégias de decisão realizadas, para aumentar a probabilidade de acerto, se verificou a existência de um sistema de informações criado pela própria cooperativa, o *cockpit*, o qual fornece todos os índices previamente validados por cada área envolvida na gestão da empresa.

O *cockpit* seria uma espécie de banco de dados, facilitando a busca de informações quando necessário ao processo decisório, cumprindo a tempestividade e integridade necessária a informação contábil, de modo a realizar seu objetivo de satisfazer ao seu usuário. Além disso, o sistema permite a segregação das necessidades distintas dos usuários, uma vez que, tem uma maior gama de dados e pode direcionar o que deve retirar dalí.

Assim, volta-se a comentar (ver tópico 4.2) que a ligação da contabilidade com o processo decisório é uma realidade na entidade estudada e questionando-se o respondente em questão quanto à contribuição dos relatórios da ANS nas decisões diárias da empresa, obteve-se a seguinte resposta:

> A Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na condição de reguladora do mercado de planos de saúde, emite atos normativos, os quais todas as operadoras têm por obrigação cumpri-las.
> Dentro desse contexto as operadoras têm que prestar informações através dos seguintes instrumentos:
> *Sistema de Informações de Produtos - SIP*, que tem como finalidade acompanhar a assistência de serviços prestada aos beneficiários de planos de saúde, e do

Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Saúde - DIOPS, que permite o monitoramento da situação econômico-financeira e cadastral das operadoras.
Com base nesses instrumentos a agência disponibiliza diversas informações, baseadas em dados neles contidos e são de suma importância para atingirmos as metas estabelecidas pela ANS (grifo nosso).
Os sistemas SIP e DIOPS, mais do que obrigação legal, são ferramentas importantes para o trabalho da ANS de organizar e planejar ações para o desenvolvimento do mercado.

Desta forma, a ANS é incentivadora para a manutenção de informações de extrema importância para a continuidade da empresa. E necessitando da contabilidade para a satisfação desta exigência, tem-se a satisfação de outras necessidades, como é o caso das decisórias, que na verdade, não se pode afirmar qual destas necessidades vem primeiro, se a da gestão ou da ANS, já que ambas são essenciais para que se possa planejar, executar e controlar.

Foram solicitados exemplos práticos de modo a corroborar com a defesa da análise que a contabilidade contribui efetivamente para o processo decisório da instituição, citando-se os seguintes exemplos: tomar medidas saneadoras com relação aos dispêndios, a inadimplência, a renegociação de contratos e análise de investimentos em medicina preventiva para os usuários, tudo com o objetivo de otimizar a remuneração do médico cooperado e fortalecer o patrimônio da cooperativa.

Citou-se ainda que a contabilidade é parceira efetiva na análise das expectativas futuras, auxiliando na formatação dos índices econômicos e financeiros na interpretação desses dados para a diretoria.

4.4 Contabilidade X ANS

Focando pesquisas sobre o nível de evidenciação da informação contábil, deve-se considerar que a ANS trabalha dentro de um número plausível de evidenciação, dando grande possibilidade dos usuários terem suas necessidades informativas satisfeitas. Além disso, em entrevista se verificou que independente do prazo da ANS, as informações contábeis são repassadas mensalmente para os

gestores, de modo a tomarem suas decisões com base nestas informações, utilizando da função da contabilidade de auxiliar diretamente no processo decisório.

A ANS exige a elaboração divulgação das seguintes informações: Relatórios da Administração, Notas Explicativas, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido e também o Parecer dos Auditores Independentes. Além das informações da política de destinação do lucro/sobras; negócios sociais e principais atuações da entidade; reformulações societárias; perspectivas e planos da administração. E ainda acrescenta, que caso se considere outras informações relevantes deve-se divulgá-la.

A Contabilidade a responsável pelo alcance das necessidades aqui levantadas, preparando as demonstrações contábeis, esclarecendo-as através das notas explicativas, a apuração das variações patrimoniais e a análise das perspectivas futuras da situação da entidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sociedades Cooperativas assim como qualquer outra entidade necessitam das informações fornecidas pela Contabilidade, afinal através delas é que há possibilidade de crescimento e desenvolvimento dessas.

As cooperativas em específico a estudada, possui os mais diversos tipos de usuários, desde seus cooperados até seus usuários. Uma forma de apresentar a situação das cooperativas para os interessados é através das peças contábeis, utilizando-se da Evidenciação Contábil.

Como o próprio nome já diz evidenciar é mostrar com clareza os acontecimentos da entidade, por meio de peças Contábeis que devem ser compreendidas pelos seus usuários.

Assim, a ANS, através da Contabilidade, provê aos mais diversos interessados a situação da empresa permitindo avaliar o desempenho econômico-financeiro por meio de informações transparentes, proporcionando credibilidade aos seus clientes, além de medir a eficiência da gestão.

De forma direta a Agência Nacional de Saúde influencia no desenvolvimento das Entidades Operadoras de Plano de Saúde. Através dos Relatórios exigidos, que são compostos por informações que unidas acabam proporcionando uma visão mais ampla da entidade. Os Relatórios exigidos pela ANS são: SIB, FIP, DIOPS, SIP, TPS, NTRP, RPS.

Cada um destes Relatórios de forma singular possui as mais diversas informações, que refletem de forma direta na operacionalização da entidade. Leva de forma detalhada todos os acontecimentos da Cooperativa, desde sua quantidade de usuários até detalhamentos sobre sua situação econômica e financeira.

Tais informações ajudam a Agência Nacional de Saúde Suplementar a melhor visualizar e fiscalizar cada entidade. Sem o auxílio das informações fornecidas pela Contabilidade o cumprimento e elaboração destes Relatórios não seriam possível, tendo em vista que esses dados antes de serem enviados a ANS são devidamente integrados e conferidos com o setor da contabilidade, usando como peça principal o balancete contábil do referido mês.

O objetivo deste trabalho foi analisar como a Contabilidade é utilizada para a elaboração dos relatórios exigidos pela ANS – Agência Nacional de Saúde. Visualizando-se que a Contabilidade é essencial para o cumprimento das exigências da ANS, fornecendo demonstrações contábeis, relatórios das variações patrimoniais e previsões para situações futuras. Além da sua importante utilização para tomada de decisão e Responsabilidade Social.

REFERÊNCIAS

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES POPULARES: O CASO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL UTILIZADO NA COOPERATIVA DE SERVIÇOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE BELÉM. Autora: Lidiane Nazaré da Silva Dias e Marinaldo Silva. Disponível em: http://www.peritocontador.com.br/artigos/a_imp_da_contabilidade_nas_org_populares.pdf. Acesso em 08 de jul. 2007.

ARGOLO, A; BATISTA, C; IRAILDO J. Disclousure nas Grandes Empresas Brasileiras. Disponível em: http://www.classecontabil.com.br/servlet_art.php?id=79&query=. Acesso em 25 de nov. de 2007.

A RESPONSABILIDADE Social da Contabilidade: uma proposta de balanço social aplicada ao desenvolvimento local. Disponível em: <http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/cab3f008df2e175e03256d110062efc4/311ec8b67924702f03256ed9005267ea/$FILE/NT000858CA.pdf>. Acesso em 28 de jun. de 2007.

ATKINSON, Anthony A. et al. *Contabilidade Gerencial*. Trad. André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro. São Paulo: Atlas, 2000.

BENATO, João Vitorino Azolin. Atos e Fatos Contábeis nas Sociedades Cooperativas. São Paulo: Ocesp/Sescoop, 2003.

BRASIL. Lei nº. 5.764 – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. 16 de dezembro de 1971. Disponível em: < http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1971/5764.htm>. Acesso em: 23 de jun. de 2007.

BRASIL. Lei nº. 9.961 – Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar e dá outras Providências. 28 de janeiro de 2000. Disponível em: <http://www.cade.gov.br/legislacao/ag_ans.asp>. Acesso em: 23 de jun. de 2007.

BRASIL. Novo Código Civil e Legislação Correlata. – 1. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

CAPITULO 1. Disponível em: http://www.eps.ufsc.br/disserta98/newton/cap1.htm. Acesso em: 8 de jul. de 2007.

CFC. Normas Brasileiras de Contabilidade, ...Disponível em: <http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=60>. Acessado em 28 de jun.de 2007.

COOPERATIVISMO. Disponível em: <http://www.unimednatal.com.br/cooperativismo.php>. Acesso em: 24 de jun. de 2007.

DEMO, P.. *Metodologia do Conhecimento Científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

ESTUDO DO IMPACTO DA CBHPM NAS COOPERATIVAS UNIMED. Disponível em CD ROM. CONAI

FORTES, José Carlos.*Manual do Contabilista.*- Natal: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte, aditora Celigráfica, 2001.

GARANTIAS FINANCEIRAS E ATIVOS GARANTIDORES. Disponível em: http://www.ans.gov.br/portal/upload/biblioteca/memoriaeventos/Apresentacao%20ENCONTRO%20ANS%20NATALvf.ppt, acessado em 03 de dez. de 2007.

GIL, A. C.. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. Teoria da contabilidade. Trad. Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, et al. Contabilidade Introdutória. 9 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações Aplicável também as Demais Sociedades. 3.ed.São Paulo: Atlas, 1991.

MONTONE, Januário. Tendências e Desafios dos Sistemas de Saúde nas Américas. N. 3. Rio de Janeiro: ANS, 2002.

RELATÓRIO DE GESTÃO. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/portal/site/transparencia/transparencia_contratos_relatorios_gestao.asp>. Acesso em 24 de jun. de 2007.

SCHMIDT, P.. *História do Pensamento Contábil*. Porto Alegre: Bookman. 2000.
UMA HISTÓRIA de sucesso. Disponível em: <http://www.unimed.com.br/pct/index.jsp?cd_canal=31895&cd_secao=31882>. Acesso em: 24 de jun. de 2007.

VERGARA, S. C.. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

APÊNDICE

FARN

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE NA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DA ANS – AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR:

Estudo de Caso em uma Cooperativa de Saúde

Entrevista Semi Estruturada
Supervisão da Contabilidade

As informações que são enviadas referente aos Relatórios da ANS são informadas á Administração?

As informações contidas nos relatórios são controladas diariamente de modo a satisfazer tomadas de decisões diárias?

Na sua opinião as informações contábeis solicitadas nos Relatórios da ANS satisfazem as necessidades de decisão apresentadas pelos Gestores?

A contabilidade mantida pela Entidade tem participação no processo decisório? Se a resposta for sim cite exemplos.

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE NA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DA ANS – AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR:

Estudo de Caso em uma Cooperativa de Saúde

Entrevista Semi Estruturada
Gerência da Contabilidade

Quais as decisões tomadas com mais freqüência no dia-a-dia da empresa?

Para decidir qual decisão tem uma melhor probabilidade de ser acertada, tem se como base que tipo de informação?

Os relatórios da ANS contribuem para decisões diárias da empresa?

Na sua opinião o que precisa acrescentar nesses relatórios para que os mesmos se tornem mais informativos?

Que tipo de participação a Contabilidade tem na Tomada de decisão?